

A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar

Da Silva Andersson, Fabiana ¹; Cláudio Becker; Shirley Nascimento Altemburg; Nádia Velleda Caldas

Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR)
Universidade Federal de Pelotas; ¹fabiansanderson@gmail.com

Da Silva Andersson, Fabiana; Cláudio Becker; Shirley Nascimento Altemburg; Nádia Velleda Caldas (2013)
A produção de base ecológica no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul: Controle social e protagonismo na agricultura familiar. Rev. Fac. Agron. Vol 112 (SIAL): 62- 72

Este artigo discute, a partir de um estudo de caso, a construção de um Organismo de Controle Social (OCS) pela Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Para tanto, considera como protagonistas os agricultores familiares ecologistas integrados à Sul Ecológica, analisando sua participação na instituição cooperada e sua inserção no mercado institucional operado nos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, RS. A pesquisa foi realizada com trinta famílias da Cooperativa, onde foi aplicada uma entrevista com base em roteiro semi-estruturado (perguntas abertas e fechadas). O trabalho executado tem por intuito demonstrar a participação dos principais atores da produção orgânica em garantir a qualidade de seus produtos em conformidade com as exigências legais. Os autores discutem a implementação do controle social para promover as práticas de venda direta nos mercados locais.

Palavras chave: certificação orgânica; mercado institucional; venda direta; agroecologia, cooperação.

Da Silva Andersson, Fabiana; Cláudio Becker; Shirley Nascimento Altemburg; Nádia Velleda Caldas (2013)
The production of ecological base in southern state of Rio Grande do Sul: Social control and role in family farming. Rev. Fac. Agron. Vol 112 (SIAL): 62- 72

This article discusses, from a case study, the construction of a Social Control Agency (OCS) by the Ecological Farmers Cooperative Southern Family Ltda. For this, consider how protagonists family farmers integrated into the South Ecological ecologists, analyzing its participation in the cooperative institution and its place in the institutional market operated in the cities of Pelotas and São Lourenço do Sul. The survey was conducted with thirty families of the Cooperative, which was applied based on an interview with semi-structured (open and closed questions). The work performed is meant to demonstrate the participation of key actors in organic production to ensure the quality of its products in accordance with legal requirements. The authors discuss the implementation of social control to promote the practice of direct selling in local markets.

Key words: organic certification; institutional market, direct sales, agroecology, cooperation.

Recibido: 30/11/2011

Aceptado: 30/12/2012

Disponibile on line: 20/05/2013

ISSN 0041-8676 - ISSN (on line) 1669-9513, Facultad de Ciencias Agrarias y Forestales, UNLP, Argentina

INTRODUÇÃO

Questões sobre o papel da agricultura familiar estão nas principais pautas do dia. Esse tema vem, nos últimos anos, ampliando os debates não só nas esferas públicas e acadêmicas, mas também no que concerne aos mercados por parte deste segmento social. Becker (2010) comenta que a agricultura familiar é atualmente vista como estratégica, tanto para a produção de matérias-primas e abastecimento alimentar das populações, quanto para a elaboração de políticas públicas pautadas no desenvolvimento local.

É importante destacar que a expressão agricultura familiar possui significados e definições das mais variadas possíveis. Todavia, entende-se por agricultura familiar aquela onde a gestão é feita pelos próprios proprietários, sendo estes os responsáveis pelo empreendimento e, estão ligados entre si por laços de parentesco, além de desenvolverem um trabalho fundamentalmente familiar onde patrimônio pertence à família e, os ativos, são objeto de transferência intergeracional no interior da família. Por fim, os membros da família vivem na unidade produtiva (Gasson & Errington, 1993 *apud* Sacco dos Anjos, 2003, p. 43).

A partir do conceito exposto, concordamos com Assis (2006) no que toca à motivação do setor agrícola familiar. Segundo o autor, este segmento embasa suas ações no atendimento das necessidades subjetivas da família, fugindo à lógica da maximização econômica e produtiva. Destarte, a organização agrícola familiar busca, primeiramente, atender as demandas geradas no interior da unidade produtiva para então, com o excedente, gerar possibilidades para além da porteira. Para Wilkinson (1999a), há três formas tradicionais de acesso aos mercados pelos agricultores familiares: o direto, conhecido por mercado local (formal e informal); intermediação via atravessadores; e, integração via agroindústrias. Contudo, no caso brasileiro, há ainda o mercado institucional¹, sendo as compras de alimentos por parte do poder público, dos agricultores familiares, destinadas às populações que se encontram em situação de insegurança alimentar² (Grisa, 2009a). Por mercado institucional, compreende-se:

[...] aquele que designa-se uma configuração específica de mercado em que as redes de troca assumem uma estrutura particular, previamente determinada por normas e convenções negociadas por um conjunto de atores e organizações, onde o Estado geralmente assume um papel central, notadamente através de compras públicas (Grisa, 2009a p. 05).

¹ As formas de atuação do mercado institucional aqui estudadas são o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

² O ato de “se alimentar”, proporcionado pelo cultivo da agricultura familiar, desencadeia relações para além da simples aquisição de produtos para o consumo, pois o acesso à alimentação sacia, também, o saber cultural dos povos que o consomem (Braga, 2004).

No que diz respeito ao bom funcionamento dos mercados, a prévia definição da qualidade dos produtos a serem trocados à luz de uma avaliação dos agricultores familiares, organizações coletivas e consumidores (Wilkinson, 1999b), fortalecem relações baseadas em laços de confiança. Estas relações efetivam a participação de todos os atores sociais envolvidos em práticas de controle social³ (Brasil, 2008).

Os procedimentos para o controle social, como forma de concretizar a produção de base ecológica⁴ das famílias rurais ecologistas, deve ter ações coletivas de proximidade e territorialidade, solidariedade e complementaridade (Wilkinson, 2003). Nesta lógica, Caldas (2011) disserta a respeito dos processos de ecologização, onde estes:

[...] abarcam não somente o âmbito estrito das atividades agropecuárias, em que uma nova forma de produzir e de relacionar-se com os agroecossistemas busca se impor, mas no contexto das diversas dimensões de vida humana (simbólica, material, espiritual, etc.) (Caldas, 2011, p. 71).

Neste sentido, Gonçalves (2005) comenta sobre a necessidade de equilíbrio nas relações entre os agricultores familiares ecologistas e o mercado institucional. Para a manutenção deste equilíbrio, a forma de organização cooperativada aparece como a principal alternativa à promoção do atendimento ao sistema social e econômico, além dos aspectos culturais.

Para Wojahn & Martinez (2008), a vida comunitária e a prática da solidariedade estão fortemente presentes entre os agricultores familiares. Este tema vai ao encontro das análises de Wilkinson (2003), onde a agricultura familiar se mostra como fator necessário ao bom funcionamento dos mercados locais, originando a valorização dos sistemas de inovação desenvolvidos através de práticas e princípios da Agroecologia⁵. Isto incrementa a oferta de gêneros alimentícios, denominados pela legislação federal brasileira, como produtos orgânicos.

No Brasil, a Lei Federal n. 10.831/2003, que regulamenta a produção orgânica de alimentos, determina que estes, para sua comercialização, deverão estar certificados. Atualmente, a qualidade dos

³ Controle Social é um processo de geração de credibilidade, estabelecido pela participação direta dos sujeitos em ações coletivas (Brasil, 2008).

⁴ A Lei Federal n.º 10.831/2003 aceita que se use a expressão “produção de base ecológica” quando do cultivo de produtos orgânicos. Também, a produção de base ecológica pressupõe que as atividades pertinentes ao seu desenvolvimento estão embasadas nos princípios da Agroecologia.

⁵ A Agroecologia corresponde ao campo de conhecimentos que proporciona as bases científicas para apoiar processos de transição do modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura de base ecológica ou sustentáveis (Caporal & Costabeber, 2002).

produtos orgânicos produzidos no Brasil é garantida de três maneiras distintas: a certificação por auditoria, os sistemas participativos de garantia e o controle social para a venda direta (Brasil, 2008).

O processo de certificação para venda direta⁶, regulamentado pela Instrução Normativa n.º 19/2009, abriu uma exceção à regra na certificação orgânica para o segmento agrícola familiar. Neste sentido, a possibilidade de constituição de um Organismo de Controle Social (OCS), proporcionou à agricultura familiar ecologista sua efetiva participação nos mercados institucionais.

Uma das entidades que vem desenvolvendo o controle social, nos moldes acima descritos, é a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Assim, este estudo objetiva analisar as relações existentes entre os agricultores familiares ecologistas integrados a esta organização social, bem como averiguar os mecanismos estabelecidos para o exercício do controle social, em atendimento aos dispositivos do mercado institucional.

Destacamos que além desta breve introdução, o artigo encontra-se composto por mais três partes, sendo que na seção a seguir trazemos a metodologia utilizada na pesquisa; posteriormente são apresentados e discutidos os principais resultados acerca da prática do controle social da produção na agricultura familiar de base ecológica e, por último, resgatamos os principais elementos do texto, expondo a partir destes, nossas considerações finais.

METODOLOGIA

A presente pesquisa é caracterizada por um estudo de caso junto à Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. e seus agricultores familiares ecologistas. Por estudo de caso se compreende a busca, a descoberta, enfatizando sempre a interpretação do contexto. Procurou-se representar os diferentes pontos de vista presentes na situação social, usando uma variedade de fontes de informação para retratar a realidade de forma completa e profunda (André, 1984).

Assim sendo, o universo empírico da presente pesquisa contemplou agricultores familiares ecologistas dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, precisamente localizados na Serra dos Tapes, região fortemente marcada pela presença de explorações familiares.

Foram realizadas trinta entrevistadas no decorrer do período de maio a agosto de 2010 com as famílias selecionadas, através da amostragem não-probabilística. Como comenta Marsiglia (2006),

⁶ A venda direta é normalmente realizada em feiras de agricultores familiares. Porém, situações onde se incluem as aquisições realizadas pela Conab (Companhia Nacional de Abastecimento), por meio do PAA, quando para doações de alimentos, e, por escolas e prefeituras para o atendimento da alimentação escolar no âmbito do PNAE, também vale essa regra (Souza & Gomes de Moura, 2010).

amostras não-probabilísticas preocupam-se em captar a diversidade do universo de estudo. Cumpre destacar que os entrevistados, em sua totalidade, estavam inseridos no processo de validação da OCS-Sul Ecológica.

A escolha dos agricultores familiares ecologistas investigados ocorreu em função: primeiro, da atuação constante junto à Cooperativa Sul Ecológica e, segundo, pela participação das famílias no mercado institucional. Com isto, tentou-se assegurar que às famílias entrevistadas uma reflexão sobre a realidade vivenciada na região de estudo.

Com o intuito de ampliar e aprofundar o conhecimento em relação ao objeto em estudo empregou-se o método qualitativo – com base em Minayo (1994) – a partir de pesquisa bibliográfica e documental, através da análise de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sobre agricultura familiar e documentos da Cooperativa Sul Ecológica, bem como de trabalhos existentes sobre o tema de que trata o estudo, além da pesquisa a campo. Nesta última, foram realizadas entrevistas com roteiro semi-estruturado.

Os resultados compuseram um banco de dados com informações de caráter qualiquantitativo que, posteriormente, foram sistematizadas e serviram de base para a construção do referido trabalho. Na seqüência, serão apresentados os principais resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção serão apresentados e discutidos os principais resultados obtidos por meio da imersão na realidade. A abordagem inicial possui um caráter descritivo, objetivando resgatar os principais aspectos do trabalho organizativo e de cooperação na região que serviu de base para o estudo, bem como, dos desdobramentos advindos da organização social da produção e da emersão de novos atores sociais. Estes processos associativos são os componentes centrais e legitimam a constituição de um Organismo de Controle Social pela Cooperativa Sul Ecológica.

Resgate histórico – “de que universo empírico estamos tratando”...

Ao contrário do que ocorreu em outras regiões do Brasil, onde os processos de migração eram difundidos como meio de garantir mão-de-obra necessária para as áreas de cultivo já instituídas, no sul do país, se estabeleceram núcleos de colonização. Grandó (1989) comenta em seus estudos que, no Rio Grande do Sul, para promover a ocupação de áreas até então desconsideradas para a pecuária, uma política oficial de colonização foi instituída.

A instituição da citada política de colonização não deve ser vista fora do contexto da produção de charque⁷. Ademais, as charqueadas que antes predominavam o

⁷ O charque é uma carne salgada, seca ao sol.

cenário econômico da região, em meados do século XVIII, entraram em fluxo decrescente de produção. Destarte, a necessidade de novas estruturas socioeconômicas, políticas e culturais levaram à criação de mecanismos por parte do governo imperial de incentivo aos agricultores europeus a imigrarem para as terras gaúchas.

Baseada em sistemas de pequena propriedade, a então política de colonização teve seu avanço, segundo Sacco dos Anjos, *et. al.* (2008), a partir da segunda metade do século XIX quando, imigrantes de origem alemã, italiana, francesa, entre outras etnias, foram assentados na região conhecida como Serra dos Tapes. Esta, se localiza no interior dos atuais municípios de São Lourenço do Sul e Pelotas, e tem como características a presença de matas e topografia irregular (Salamoni, 2001).

Mesmo com os entraves geográficos (mata virgem, topografia irregular e isolamento), aliados à falta de incentivo por parte do governo em proporcionar condições de progresso, as pequenas propriedades possuíam cultivos diversificados, além da criação de pequenos animais. Paralelamente, como comenta Grando (1989), eles ainda praticavam o artesanato, tanto para uso doméstico quanto para a produção de equipamentos agrícolas.

Como diria Becker (2010), neste cenário surge o que hoje conhecemos por agricultura familiar, visto que esta forma de organização proporcionou grande desenvolvimento econômico para os municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul. Entrementes, segundo o autor, os cultivos tradicionais, com a introdução das grandes indústrias de conservas e doces a partir da década de 1950 e, posteriormente, a expansão da cultura do fumo, "*culminam em uma gradual e progressiva especialização produtiva dos agricultores familiares em outras atividades consideradas mais rentáveis*".

Este processo não amparou a produção de origem colonial, ficando esta em uma posição desvantajosa frente ao capital comercial monopolista (Salamoni, 2001). Todavia, o agricultor familiar representa, como comenta Sacco dos Anjos (2003), um personagem híbrido e trinitário, isto é, ao mesmo tempo em que é o proprietário da terra, também atua como empresário privado e trabalhador braçal.

Não obstante, com as questões norteadoras da agricultura familiar estabelecidas, o Censo Agropecuário 2006 (IBGE, 2010) divulgou que, na região compreendida pelos municípios em estudo (Pelotas e São Lourenço do Sul), mais de 88% dos estabelecimentos rurais são da agricultura familiar. Porém, quando a atenção é direcionada para a área ocupada por tais estabelecimentos, esta é inferior a 50% do total de empreendimentos ocupados pela produção agropecuária na região.

A partir do exame das informações acima, percebe-se a inserção do setor agrícola familiar no contexto socioeconômico dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, sendo este de grande peso nas tomadas de decisões. Destarte, com a crescente preocupação por parte da sociedade em relação à qualidade dos alimentos, considerando, igualmente, os

aspectos ambientais de produção, a busca por alimentos saudáveis efetiva-se com trabalhos e ações oriundas das pequenas unidades de produção.

A Agroecologia e a cultura da cooperação no território zona sul do Estado do Rio Grande do Sul

A agricultura familiar no território sul rio-grandense teve importantes avanços no que tange à organização e ao trabalho comunitário nas comunidades rurais a partir da atuação, nas décadas de 1980 e 1990, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Pelotas e do Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor (CAPA). Surgiram dezenas de associações comunitárias, sendo a primeira a da localidade de Faxinal⁸, interior de São Lourenço do Sul. A discussão inicial nestas organizações contemplava basicamente a aquisição de insumos e comercialização da produção coletivamente, sendo trabalhos marginalmente outras questões referentes à farmácia caseira e ao que então se denominava "agricultura natural".

Com a evolução deste trabalho, nasceram os primeiros órgãos com caráter de integração destas iniciativas, sendo que, em 1988, foi criada a UNAIC (União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu), em Canguçu e, em 1992, foi fundada a COOPAR (Cooperativa Mista dos Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.), no Interior de São Lourenço do Sul. Estas entidades tinham como propósito inicial atuar na diminuição dos custos de produção, bem como no sentido de eliminar a figura do atravessador⁹.

Paralelamente, alguns agricultores demonstraram particular interesse nas questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde, não unicamente a de sua família, mas também daqueles que consumiam os alimentos produzidos com uma carga cada vez maior de agroquímicos. Deste modo, com a orientação técnica do CAPA e da CPT, surgem os núcleos pioneiros na produção sem o uso de agrotóxicos, a então denominada produção ecológica. Estes agricultores fundaram uma associação regional, a ARPASUL (Associação Regional de Produtores Agroecologistas da Região Sul), que em 1995 iniciou suas atividades com um ponto de feira-livre ecológica¹⁰ na cidade de Pelotas.

O volume da produção de base ecológica era crescente, sendo que a feira-livre não mais era capaz de absorvê-la em sua totalidade, mesmo com a criação de outro ponto de feira-livre ecológica na cidade de São Lourenço do Sul. Ainda neste município, os agricultores familiares tiveram um grande avanço com a possibilidade de venda para o projeto piloto de "Merenda Escolar Ecológica", implantado em algumas escolas da rede estadual de ensino público a partir do ano de 2000. Contudo, os problemas de ordem legal na comercialização ainda geravam grandes empecilhos (Becker, *et. al.*, 2007).

⁸ A Associação de Trabalhadores Rurais de Faxinal foi fundada em 1986, existindo até os dias atuais.

⁹ Sobre o tema ver Buchweitz & Menezes (2003).

¹⁰ Ver a propósito Sacco dos Anjos, *et. al.*, (2005).

Esta ampliação do cultivo de base ecológica – inclusive com a adesão de inúmeras novas famílias e a criação de vários grupos de agricultores ecologistas em São Lourenço do Sul, Canguçu e Pelotas neste período – aliada ao entrave comercial anteriormente mencionado, culminou na constituição de uma cooperativa de abrangência territorial.

imediatamente, sendo estes considerados sócios fundadores.

Atualmente esta organização social contempla 145 famílias cooperadas, divididas em 24 núcleos de produção, em oito municípios da microrregião de Pelotas, conforme pode ser viabilizado através da Fig. 01.

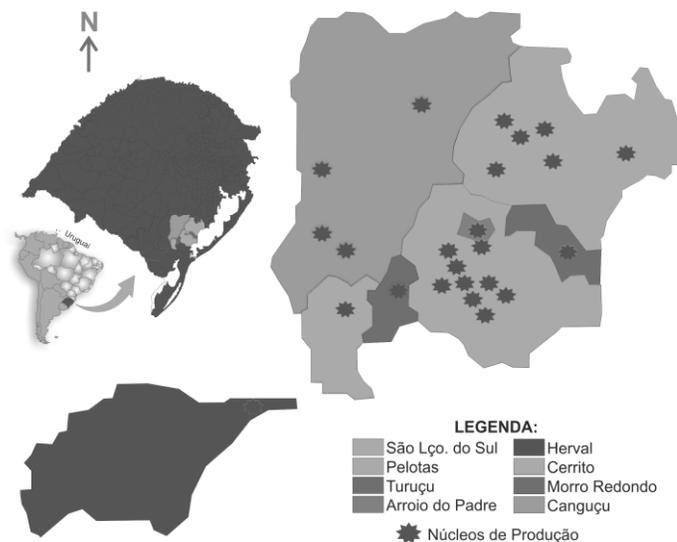


Figura 1. Mapa ilustrativo do Rio Grande do Sul e distribuição espacial dos núcleos de produção da Cooperativa Sul Ecológica. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Uma cooperativa regional de agricultores ecologistas

Da conjuntura social acima descrita é que surge a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda, resultado da necessidade dos agricultores familiares ecologistas, assistidos pelo CAPA, em terem uma entidade que os representasse frente aos mercados e os auxiliasse na organização e planejamento da produção, dentre outros objetivos explicitados em seu Estatuto Social¹¹. O ato de fundação da Sul Ecológica ocorreu no dia 03 de dezembro de 2001, no município de Pelotas, local de sua sede. O ato de fundação contou com um expressivo número de agricultores familiares presentes, dos quais 114 (cento e quatorze) se associaram

Em seu Regimento Interno, a Cooperativa Sul Ecológica opta pelo uso da expressão “Agricultura Ecológica”, por seu ideal de trabalho, sendo este estruturado nos princípios do campo de conhecimento da Agroecologia¹². Para tanto, os pilares que sustentam

¹¹ A Sul Ecológica, segundo reza o artigo 2º de seu Estatuto Social, tem por objetivos congregar agricultores familiares, praticantes da Agricultura Ecológica, da sua área de ação, organizados em Núcleos de, no mínimo, 05 (cinco) famílias para promover a ampla defesa dos interesses econômicos, a integração, a solidariedade e o crescimento social e cultural dos seus associados.

§ 1º - Para alcançar os seus objetivos, a Cooperativa, de acordo com os seus recursos disponíveis, promoverá: a) a comercialização da produção agropecuária ecológica dos seus associados, conforme critérios de seu regimento interno e demais normas que vier a adotar em Assembléia; b) o apoio à produção agropecuária agroecológica e sustentável; c) a troca de experiências e capacitação técnica e organizativa dos seus associados; d) planejamento e programas de produção de seus associados; e) a busca de alternativas que viabilizam a industrialização e comercialização de produtos ecológicos; f) palestras, cursos e outros eventos que divulguem a agricultura familiar e ecológica; g) a obtenção dos insumos necessários e aceitos para a produção ecológica; h) a melhoria da qualidade de vida dos seus associados; i) atividades sociais, culturais e educacionais para fortalecer a integração e o cooperativismo do quadro social. j) a produção e engarrafamento de sucos não fermentados e não alcoólicos. l) a produção e processamento de doces em calda, conservas, e schmier de frutas e legumes.

sua metodologia de atuação, encontram-se alicerçados em práticas para além das relações técnicas-produtivas, englobando questões econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais e éticas.

Para a Cooperativa Sul Ecológica, o conhecimento tradicional¹³, empírico do local de (re) produção das famílias integradas, é acrescentado ao conhecimento técnico-científico, criando uma extensão rural onde as práticas são vivenciadas por todos os sujeitos envolvidos no processo de geração de tecnologias¹⁴. Dessa forma, a busca de alternativas concretas à organização, produção, processamento e comercialização, são baseadas numa nova ética, compreendida enquanto valores e princípios de respeito ao ambiente, de solidariedade, de cooperação, de respeito às diferenças, de resgate da cultura local, de valorização dos seres humanos e da vida.

Considerando que esta entidade faz uso da expressão “produto ecológico” ao invés de “produto orgânico”, se entende que ela desenvolve uma agricultura ecológica sob os princípios da Agroecologia, e não apenas uma agricultura de substituição de insumos (de químicos para orgânicos) cujos produtos também podem, segundo a legislação, receber a denominação “orgânico”. Já o conceito de produto ecológico, corresponde ao de produto orgânico, trazendo embutido aspectos para além das questões técnico-produtivas, mas referentes à equidade social, solidariedade, associativismo, valorização cultural, autonomia das comunidades locais, respeito aos ecossistemas, entre outros.

A Cooperativa Sul Ecológica apresenta-se como organismo propulsor de atividades e trabalhos fundamentados em princípios sólidos e objetivos. Seus procedimentos de atuação estão embasados no cotidiano dos agricultores familiares ecologistas a ela integrados. Assim, é possível afirmar que a horizontalidade e a transparência são os itens de maior relevância inerentes a todos os atores que vivenciam a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. em todas as suas manifestações.

Da cooperação à conformação do controle social

Como comentado na introdução, para efetivar práticas de controle social, as famílias rurais ecologistas e suas respectivas instituições devem buscar ações coletivas,

principalmente de proximidade e territorialidade, não desmerecendo as ações solidárias e complementárias. Outrossim, para exercer o controle social na venda direta, o agricultor familiar ecologista deve participar de uma Organização de Controle Social (OCS), cadastrada em um órgão fiscalizador, ou seja, no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Por OCS são aceitos grupos, associações, cooperativas ou consórcios, com ou sem personalidade jurídica, que congreguem agricultores familiares ecologistas. Contudo, a OCS deve ter processo próprio de controle, estar ativa e garantir o direito de visita pelos consumidores, assim como o livre acesso do MAPA. Além disso, a OCS tem a obrigação de manter atualizadas as listas dos principais produtos e quantidades estimadas por unidade de produção familiar (Brasil, 2008).

A partir do exposto acima, é notória a possibilidade de a Cooperativa Sul Ecológica tornar-se uma OCS. Na seqüência, serão referenciadas as principais ações da Sul Ecológica, determinadas a partir de seu Estatuto Social e Regimento Interno, que direcionam a mesma ao atendimento das exigências legais do controle social.

Uma das práticas adotadas pela Cooperativa Sul Ecológica é a democratização das ações desenvolvidas. Assim, a Sul Ecológica tem por determinação atuar em núcleos de agricultores familiares ecologistas de, no mínimo, 05 famílias. Estes se encontram a cada 02 meses para debater assuntos pertinentes aos interesses tanto do grupo quanto da Cooperativa. Cada núcleo de agricultores elege um coordenador para representar o grupo junto ao Conselho de Administração.

Novos sócios¹⁵, para serem admitidos, devem comprovar um período mínimo de 06 meses de experiência de atuação em grupo, formação e prática da agricultura ecológica, com assistência técnica de organização ou entidade referendada pela Cooperativa. Todo e qualquer associado tem o dever e a obrigação de satisfazer pontualmente seus compromissos para com a Sul Ecológica.

Dentre os principais compromissos dos sócios para com a Cooperativa, citam-se: a participação ativa na vida societária e empresarial; a denúncia sobre impedimentos nas deliberações e/ou operação; o conhecimento passado para o Conselho de Administração e/ou Fiscal a respeito de qualquer irregularidade que atente contra a Lei, o Estatuto e os objetivos da organização; o zelo pelo patrimônio moral e material, colocando os interesses da coletividade acima dos interesses individuais; a participação nas reuniões e atividades dos grupos, cumprindo suas deliberações e, participar das Assembléias Gerais¹⁶.

¹² A agricultura com base nos princípios da Agroecologia fundamenta-se no conceito de agroecossistema como unidade de análise, tendo como propósito, em última instância, proporcionar as bases científicas (princípios, conceitos e metodologias) para apoiar o processo de transição do atual modelo de agricultura convencional para estilos de agricultura sustentáveis. Ver a propósito Caporal & Costabeber (2002).

¹³ Aqui se faz uma aproximação entre o conhecimento tradicional e o conhecimento local, sendo que este último instiga nos agricultores práticas agrícolas tradicionais, adaptadas as condições locais. São sistemas agrícolas complexos que ajudam a satisfazer as necessidades de subsistência, sem o uso de mecanização, fertilizantes ou pesticidas químicos.

¹⁴ Neste caso, considera-se tecnologia os processos e/ou materiais criados e/ou utilizados a partir do conhecimento.

¹⁵ Os novos associados, para serem aceitos na Cooperativa Sul Ecológica, devem passar pelo aval do grupo que farão parte e, após, o coordenador do grupo o apresentará ao Conselho de Administração da Cooperativa, onde será efetivado, ou não, seu pedido de associação.

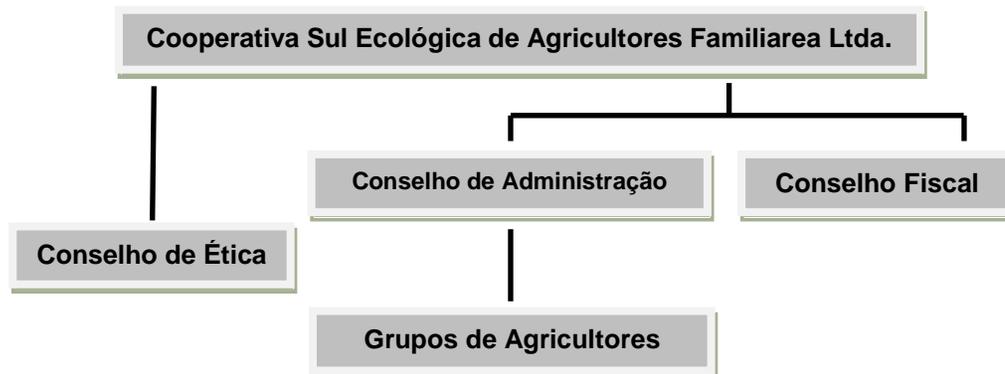


Figura 2. Estrutura da Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda. Fonte: Pesquisa de Campo, 2010 (adaptado de Gotuzzo, 2009).

Durante as assembleias é que são renovados a equipe diretiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal¹⁷. Entrementes, nas Assembleias Gerais a diretoria em exercício faz a prestação de contas da Cooperativa para todos os associados.

Sobre o Conselho de Administração, este tem a responsabilidade e a decisão sobre todo e qualquer assunto de ordem econômica ou social, de interesse da Sul Ecológica ou de seus associados, nos termos da Lei, do Estatuto e de recomendações da Assembleia Geral. Já ao Conselho Fiscal, compete a permanente fiscalização sobre as operações, atividades e serviços de toda a Cooperativa Sul Ecológica, examinando livros, contas e documentos.

Para auxiliar os Conselhos de Administração e Fiscal e zelar para que todos os associados sigam as normas e a legislação oficial de produção orgânica, averiguando possíveis denúncias sobre desvios de produção e uso de insumos proibidos na produção de base ecológica por parte dos associados, é eleita a Comissão de Ética. Esta é formada por um técnico da área da produção orgânica, outro com conhecimentos jurídicos e mais 03 associados (Fig. 02).

Em relação à equipe técnica, esta deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural, enfatizando processos endógenos, adotando uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de

métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia (Caporal & Ramos, 2010). A equipe técnica deve atuar, sobretudo, como mediadora de saberes e conhecimentos, impulsionando o desenvolvimento das comunidades rurais, ao fortalecer relações sociais não só entre os agricultores familiares ecologistas, mas entre todos os atores envolvidos.

Neste sentido, como comenta Becker, *et. al.*, (2007), o trabalho cooperativo é o único capaz de imprimir uma nova dinâmica no enfrentamento aos desafios impostos ao segmento da agricultura familiar ecologista, auxiliando, simultaneamente, na capacitação e no exercício da cidadania por parte dos seus cooperados. Assim, a cooperação movimenta-se através das idéias de emancipação não apenas política, onde o amadurecimento da sociedade é pautado em premissas e necessidades individuais numa lógica unilateral, mas em idéias de emancipação humana, possibilitando a formação de uma sociedade capaz de romper com a estrutura do capital e se reorganizar num nível intelectual e prático, de forma que contemple outras relações entre homem/natureza (Saggiomo, 2011).

Perfil dos principais envolvidos

Para atender as demandas atuais de mercado, em conformidade com as exigências legais, a Cooperativa Sul Ecológica tem como fundo desenvolver ações de controle social para venda direta. Neste sentido, o atendimento aos mercados institucionais tem por preferência a produção desenvolvida nos limites do município que o mercado está sendo executado (Brasil, 2008).

Destarte, a análise das entrevistas possibilitou identificar que, do total de propriedades investigadas, 13,3% distanciam-se em até 10Km do centro urbano próximo. As propriedades distantes de 11 a 20Km, de

¹⁶ De ocorrência anual, as Assembleias Gerais reúnem todos os associados da Cooperativa para debater os assuntos do ano que termina e planejar as atividades para o próximo período.

¹⁷ Tanto o Conselho de Administração quanto o Conselho Fiscal têm mandato por um período de 03 anos. Ademais, os conselheiros devem reunir-se a cada 03 meses para tratar de assuntos referentes à Cooperativa.

21 a 30Km e acima de 30Km, representam, respectivamente, 36,7%, 23,6% e 26,7% (Fig. 03).

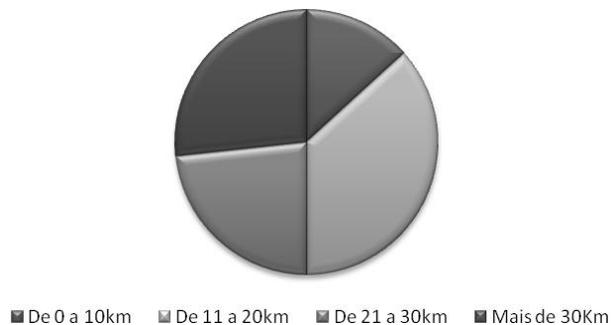


Figura 3. Distância, em quilômetros, das propriedades investigadas até o centro urbano próximo, neste caso, os municípios de Pelotas e/ou São Lourenço do Sul. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Salienta-se que Pelotas e São Lourenço do Sul são municípios que, atualmente, pertencem ao Território Sul do Brasil, localizando-se à beira da BR-116. Ambos caracterizam-se por apresentar uma topografia bastante diversificada, tendo, nas áreas planas próximas à Laguna dos Patos, o cultivo de monoculturas e, nas áreas de topografia ondulada e elevadas altitudes, zonas conhecidas por "colônia", as propriedades da agricultura familiar¹⁸. Seguindo o raciocínio, é sabido que os centros urbanos, em ambos os municípios, situam-se na porção de menores cotas, à margem na Laguna dos Patos. Assim, a logística de entrega dos produtos da agricultura familiar ecologista ao mercado institucional, quando do controle social, deve ter como preferência relações da proximidade entre o produtor e o consumidor. O que, para a Cooperativa Sul Ecológica, é fato, nesta investigação, que a maioria de seus associados distam-se em até 30Km dos municípios ao qual atuam junto ao mercado institucional.

¹⁸ Entre o colono e o agricultor familiar, ocorre uma metamorfose que consiste em uma transformação, com a manutenção de determinadas características e a superação de outras. Segundo Schneider (2006), embora mantenham semelhanças objetivas entre si como a propriedade de um pequeno lote de terra, o uso predominante do trabalho da família na consecução das tarefas produtivas, o acesso à terra mediante a herança, a manutenção de vínculos sociais assentadas em relações de parentesco entre outras; o traço fundamental que distingue os agricultores familiares dos colonos assenta-se no caráter dos vínculos mercantis e das relações sociais que estas unidades passam a estabelecer à medida que se intensifica e se torna mais complexa a sua inserção na divisão social do trabalho. Ou seja, é o maior envolvimento social, econômico e mercantil que torna o agricultor familiar, ao mesmo tempo, mais integrado e mais dependente da sociedade capitalista moderna.

Wanderlei (1999) comenta que a agricultura familiar ecologista é, sobretudo, o resultado de uma continuidade de vivências. Neste sentido, compreender suas manifestações com o ambiente familiar a partir das experiências adquiridas desde o "tempo dos antigos" traz incrementos decisórios à escolha, ou não, dos princípios da Agroecologia como práticas de cultivo.

Dessa forma, os dados obtidos a partir das entrevistas, evidenciam que as práticas desenvolvidas pelas famílias nas respectivas unidades produtivas advêm a 03 décadas (30 anos) (54,0%). Em condição de igualdade, estão as que vivem e trabalham a menos de 10 anos e as que adquiriram como seu o estabelecimento rural entre 11 a 30 anos (23,04%) (Fig. 04).

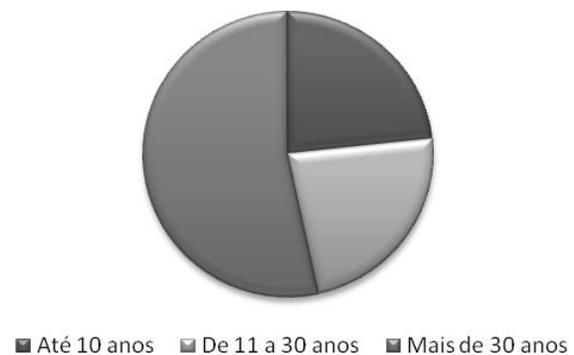


Figura 4. Período, em anos, de pertencimento da unidade familiar de produção às famílias investigadas. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Cabe lembrar que a aquisição de terras por parte dos agricultores familiares ecologistas investigados pode ter relação com as políticas públicas de financiamento potencializadas nos últimos anos no Brasil. Neste sentido, o cuidado com o ambiente de vivência e reprodução das famílias pode ser caráter internalizado pela população em questão.

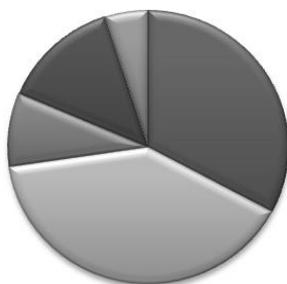
No contexto da agricultura familiar ecologista, também é possível identificar o envelhecimento da população. Em relação aos jovens, estes ou não permanecem no campo ou escolhem outras atividades, como as não-agrícolas, para alcançarem seus objetivos de vida. Nesta perspectiva, encontramos uma população rural em idade inferior a 20 anos (18,1%), entre 21 e 45 anos (21,7%), entre 46 e 60 anos (43,4%), e, finalmente, acima de 60 anos (14,5%), compreendida, estes últimos, por sujeitos aposentados e/ou na expectativa da aposentadoria (Fig. 05).



■ Até 20 anos ■ De 21 a 45 anos ■ De 46 a 60 anos ■ Mais de 60 anos

Figura 5. Faixa etária dos agricultores familiares ecologistas investigados. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Estes dados vão ao encontro do analisado por Godoy et al. (2010), ao comentar que a faixa etária preponderante da população rural é de mais de 40 anos, pois a juventude rural, sem atrativos no campo, migra para as cidades. Os autores comentam, ainda, que a população rural com faixa etária inferior a 40 anos corresponde a uma minoria da população. Com relação ao grau de escolaridade da população investigada, observou-se que apenas 13,6% possuem o ensino médio completo, seguidos de 39,9% que possuem o ensino fundamental completo. Dos que não chegaram a concluir o ensino fundamental e o ensino médio, encontramos 32,8% e 8,7% dos agricultores familiares ecologistas entrevistados, respectivamente. Há, ainda, 5,0% que cursou ou está cursando o ensino superior (Fig. 06).



■ Fundamental Incompleto ■ Fundamental Completo
 ■ Médio Incompleto ■ Médio Completo
 ■ Superior

Figura 6. Nível de escolaridade dos agricultores familiares ecologistas investigados. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Estes dados vão ao encontro daqueles pesquisados por Maehler et al. (2009). Em seus estudos, os autores entrevistaram agricultores familiares do noroeste gaúcho, onde os mesmos que cursaram o ensino

fundamental (concluído ou não) representam 65% da população investigada, aproximadamente. No que toca à renda dos agricultores familiares ecologistas investigados, estes possuem uma renda mensal de aproximadamente 02 salários mínimos (40,0%). Observamos também que, parte da população investigada, recebe até 01 (um) salário mínimo por mês (20,0%), outra pequena parcela recebe, aproximadamente, dois salários mínimos e meio por mês (6,6%) e, àqueles que recebem um salário mínimo e meio igualam-se aos que recebem mais de 03 (três) salários mínimos por mês (16,7% cada) (Fig. 07).



■ 1 Salário Mínimo ■ 1 Salário Mínimo e Meio
 ■ 2 Salários Mínimos ■ 2 Salários Mínimos e Meio
 ■ Mais de 3 Salários Mínimos

Figura 7. Renda média das famílias rurais ecologistas investigadas. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

É importante destacar que a Cooperativa Sul Ecológica possibilita aos seus associados incrementos na renda das famílias, ao promover a comercialização de parte dos produtos por eles produzidos. Neste sentido, é importante apontar que a Sul Ecológica possui um ponto de venda direta ao consumidor, onde os mesmos podem encontrar uma ampla variedade de alimentos ecológicos produzidos pelos agricultores familiares ecologistas de toda a região (Becker, et al., 2007). Além da loja localizada na sede da Cooperativa, a comercialização em feiras-livres e restaurantes fazem parte do cronograma de fornecimento e comercialização de produtos por parte da Sul Ecológica. Outro mercado em que a Cooperativa vem se destacando é o institucional que, mesmo sendo um fenômeno recente, no caso da Cooperativa, ela já se mobilizava, desde o ano de 2001, no sentido de garantir o acesso por parte dos agricultores, através de um projeto piloto junto aos municípios de Pelotas, Canguçu e São Lourenço do Sul. Nos dias atuais, a Cooperativa também está envolvida com o mercado institucional através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) dos municípios de Pelotas e São Lourenço do Sul, do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos municípios de Pelotas, São Lourenço do Sul, Capão do Leão, Rio Grande, Morro Redondo e Jaguarão, além das escolas estaduais da região (Fig. 08).



Figura 8. Participação dos agricultores familiares ecologistas investigados no mercado institucional e em outros mercados. Fonte: Pesquisa de campo, 2010.

Gotuzzo (2009) considera que a Cooperativa Sul Ecológica desempenha importante papel para os agricultores familiares ecologistas, uma vez que, através do trabalho coletivo, atende as demandas de mercado e mantém a subsistência das famílias rurais. A autora ainda comenta que, nos últimos anos, o aumento do volume de produtos ecológicos demandados repercute positivamente nas famílias integradas à Cooperativa Sul Ecológica, quer seja na obtenção de qualidade de vida, do dinamismo econômico ou do conforto mínimo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Trabalhos a respeito do tema abordado nesta pesquisa são recentes na história acadêmica brasileira. Outrossim, os mecanismos aqui abordados no que toca aos procedimentos de garantia da qualidade orgânica dos produtos da agricultura familiar ecologista, possuem uma contemporaneidade significativa nas formulações legais federais.

Mesmo com o pouco embasamento científico e legal do assunto investigado, não podemos desconsiderar o setor agrícola familiar de base ecológica do contexto nacional de produção de alimentos de qualidade. Tampouco, eximir esta classe de sua efetiva participação em mercados regulados por políticas públicas para o desenvolvimento local.

Neste sentido, entender que o agricultor familiar é um dos protagonistas nas ações que direcionam o debate para uma efetiva segurança alimentar e nutricional da população, proporcionam elaborações de cunho participativo com toda a sociedade na construção de regulamentos de acreditação.

O comportamento construtivo buscado pelos agricultores familiares ecologistas, ao integrarem a Cooperativa Sul Ecológica de Agricultores Familiares Ltda., como diria Sen (2000), é o de abrir horizontes, onde a aprendizagem e a inovação dão a tônica a relações de desenvolvimento localizado, ampliando as capacidades e as liberdades dos indivíduos.

É possível inferir que as famílias agricultoras ecologistas integradas à Cooperativa Sul Ecológica possuem um acentuado grau de protagonismo no processo de controle social. Destarte, o debate em torno do acesso aos mercados institucionais, por parte dos agricultores familiares ecologistas entrevistados, na perspectiva do controle social da produção orgânica, é a principal via para consolidar novas relações de produção e consumo.

Por fim, as considerações acima direcionam o debate para a importância da certificação de produtos orgânicos através do controle social para venda direta. Nesta perspectiva, é evidente a apropriação das técnicas de cultivo de produtos ecológicos por parte da população investigada, bem como a interiorização da legislação vigente para a produção orgânica e o conseqüente controle social, tão necessário ao desenvolvimento de práticas que garantam a qualidade orgânica dos produtos cultivados. Nesta lógica, a independência proporcionada pelo fortalecimento das relações agricultor-técnico-consumidor, junto ao órgão que representa a classe, cria mecanismos próprios de participação efetiva no cotidiano das sociedades.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela implementação do Núcleo de Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Políticas Públicas para a Agricultura Familiar (NUPEAR) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ambos, CNPq e CAPES, são responsáveis pela concessão das bolsas de mestrado e doutorado, sem as quais não seria possível a realização deste trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- André, M.** Estudo de caso: seu potencial em educação. Cadernos de pesquisa, nº 49, p. 51-54, 1984;
- Assis, R. L.** Desenvolvimento rural sustentável no Brasil: perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. Revista de Economia Aplicada, v. 10, n. 1, p. 75-89, 2006;
- Becker, C.; Caldas, N. V.; Sacco Dos Anjos, F.** Agroecologia, agricultura familiar e cooperação: a experiência da Cooperativa Sul Ecológica. In: Congresso de Iniciação Científica, 16, 2007, Pelotas. Anais do XVI Congresso de Iniciação Científica, Pelotas, 2007;
- Becker, C.** Mercados institucionais e agricultura familiar: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em municípios do território Zona Sul do Rio Grande do Sul. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas;
- Braga, V.** Cultura Alimentar: contribuições da antropologia da alimentação. Revista Saúde. Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 37-44, 2004.
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

- BRASIL. Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Mecanismos de Controle para a Garantia da Qualidade Orgânica. Coordenação de Agroecologia – MAPA/ACS. Brasília, 1ª Ed, p. 56. 2008.
- Buchweitz, S.; Menezes, P.** O tempo compartilhado: 25 anos do Capa. Porto Alegre, Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2003, p. 168-173.
- Caldas, N. V.** Estudo comparativo entre sistemas de certificação de produtos orgânicos nos contextos da agricultura familiar brasileira e espanhola. 2011. 208f. Tese (Doutorado em Agricultura Familiar) – Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas;
- Caporal, F. R.; Costabeber, J. A.** Agroecologia: enfoque científico e estratégico. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 13-16. 2002;
- Caporal, F. R.; Ramos, Z. F.** Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. Disponível em: <http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730612230.pdf>. Acesso em: 16/11/2010;
- Godoy, C. M. T.; Perez, F. I. C.; Wizniewski, J. G.; Guedes, A. C.; Moraes, C. S.** Juventude rural, envelhecimento e o papel da aposentadoria no meio rural: A realidade do município de Santa Rosa/RS. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 48., 2010, Campo Grande, MS. Anais do 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Campo Grande, 2010;
- Gonçalves, J. E.** Histórico do movimento cooperativista brasileiro e sua legislação: um enfoque sobre o cooperativismo agropecuário. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 43, 2005, Ribeirão Preto. Anais do 43º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Ribeirão Preto, 2005;
- Gotuzzo, G. L.** O papel das organizações de economia solidária na promoção da sustentabilidade dos agricultores familiares agroecológicos da região de Pelotas. 2009. 205 f.. Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Católica de Pelotas, Pelotas;
- Grando, M. Z.** Pequena agricultura em crise: o caso da “Colônia Francesa” no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Teses FEE, n.14, 1989, 209p,
- Grisa, C.** As redes e as instituições do Programa de Aquisição de Alimentos: uma análise a partir do enraizamento estrutural e político. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 47, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Porto Alegre, 2009 (a);
- Grisa, C.** Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, 47, 2009, Porto Alegre. Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Porto Alegre, 2009 (b);
- Maehler, A. E.; Maehler, M. G.; Cassanego Junior, P.** A adoção de novas tecnologias pelo proprietário rural: uma análise dos fatores motivadores para a inovação. In: 47 Congresso da SOBER, 2009, Porto Alegre-RS. Anais do 47 Congresso da SOBER, 2009;
- Marsiglia, R. M. G.** Orientações básicas para a pesquisa. In: Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez. p. 383-398, 2006;
- Minayo, M. C.** Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 24ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 80. 1994;
- Sacco Dos Anjos, F.; Caldas, N. V.; Hirai, W. G.** Mercantilização da agricultura e insegurança alimentar no sul do Brasil. In: XLVI CONGRESSO DA SOBER. Anais (cd room)... Rio Branco, 2008;
- Sacco Dos Anjos, F.; Godoy, W.; Caldas, N.** *As feiras livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências.* Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.
- Sacco Dos Anjos, F.** A agricultura Familiar, Pluriatividade e Desenvolvimento Rural no Sul do Brasil. Pelotas: EGUFPEl, 2003, 374p.;
- Saggiomo, T. G.** As atribuições/trabalho do técnico social na realidade camponesa: um estudo de caso no Assentamento Conquista da Liberdade. 2011. 112f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas;
- Salamoni, G.** A imigração alemã no Rio Grande do Sul: O caso da comunidade pomerana de Pelotas. In: História em revista, vol. 7, dezembro, 2001. p. 25-42; SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 409p.
- Schneider, S.** Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. In: Froehlich, J.M.; Vivien Diesel. (Org.). Desenvolvimento Rural - Tendências e debates contemporâneos. Ijuí: Unijuí, 2006;
- Souza, C.; Gomes De Moura, L. H.** Orgânicos na alimentação escolar: a agricultura familiar alimentando o saber. Cartilha. Ministério do Desenvolvimento Agrário, FNDE/PNAE, p. 25, 2010;
- Wanderley, M. N. B.** Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, p. 23-56, 1999;
- Wilkinson, J.** A agricultura familiar ante o novo padrão de competitividade do sistema agroalimentar da América Latina. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 62-87. 2003;
- Wilkinson, J.** Cadeias produtivas para a agricultura familiar. Revista de Administração da UFLA. Lavras, v.1, n.1, Jan/Jun, p. 34-41. 1999(a);
- Wilkinson, J.** A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares – algumas considerações iniciais. Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 64-80. 1999(b);
- Wojahn, E; Martinez, E.** A cultura da cooperação na agricultura familiar. Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA. 44f. 2008.